

Paulo Natalicio Weschenfelder

CONSTITUIÇÃO E CULTURA AMBIENTAL

Curitiba
Juruá Editora
2019

Visite nossos sites na Internet

www.jurua.com.br e

www.editorialjurua.com

e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-9114-7

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900

Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –

Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Weschenfelder, Paulo Natalicio.

W511 Constituição e cultura ambiental / Paulo Natalicio

Weschenfelder - Curitiba: Juruá, 2019.

242 p.

1. Direito ambiental. 2. Educação ambiental.

3. Informação ambiental. I. Título.

CDD 342 (22.ed)

CDU 342.951

00163

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	17
INTRODUÇÃO	19
1 – O PARADIGMA CONSTITUCIONAL DO DIREITO DE PROPRIEDADE PRIVADA E A QUESTÃO DA FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO	23
1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	23
2 O PARADIGMA CONSTITUCIONAL DO DIREITO DE PROPRIEDADE PRIVADA.....	25
2.1 O Paradigma Individualista do Direito de Propriedade Privada	28
2.2 O Paradigma Ambientalista do Direito de Propriedade Privada	32
2.2.1 Meio ambiente ecologicamente equilibrado	37
2.2.2 Direito de todas as pessoas	42
2.2.3 Bem de uso comum do povo.....	45
2.2.4 Essencial à sadia qualidade de vida	46
2.2.5 Dever do Poder Público e da coletividade de defender e preservar para as presentes e futuras gerações	47
2.3 O Paradigma Social do Direito de Propriedade Privada	50
2.3.1 A função social da propriedade urbana.....	53
2.3.2 A função social da propriedade rural	60
2.3.3 A função social da ordem econômica	64
2.4 Algumas Considerações sobre o Paradigma do Direito de Propriedade Privada	71
3 A QUESTÃO DA FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO	75
3.1 A Concepção de Constituição de Ferdinand Lassalle	79
3.2 A Concepção de Constituição de Konrad Hesse	84

	3.3 Algumas Considerações sobre a Questão da Força Normativa da Constituição.....	95
2 –	A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA AMBIENTAL E SEUS INSTRUMENTOS	99
1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	99
2	CONCEITO DE PODER: SUA INFLUÊNCIA NA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E NA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA AMBIENTAL.....	106
3	O EXERCÍCIO DO PODER E OS INSTRUMENTOS DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA AMBIENTAL.....	127
3.1	Iniciativa Popular de Projeto de Lei.....	128
3.2	Plebiscito e Referendo.....	130
3.3	Audiências Públicas	131
3.3.1	Audiências públicas em sede constitucional.....	131
3.3.2	Audiências públicas em sede infraconstitucional.....	132
3.4	Cooperação das Associações Representativas no Planejamento Municipal.....	139
3.5	Participação do Usuário na Administração Pública Direta e Indireta	139
3.6	Planejamento e Execução da Política Agrícola.....	141
3.7	Participação das Comunidades Afetadas sobre o Aproveitamento de Recursos Naturais em Áreas Indígenas ...	142
3.8	Participação da Sociedade na Administração da Seguridade Social.....	143
3.9	Participação da Comunidade nas Ações e Serviços da Saúde.	143
3.10	Participação na Promoção e Incentivo à Educação e na Gestão Democrática do Ensino Público	144
3.11	Participação na Promoção e Proteção do Patrimônio Cultural	144
3.12	Participação em Programas de Assistência Integral à Saúde da Criança, do Adolescente e do Jovem.....	146
3.13	Participação dos Trabalhadores e Empregadores nos Colegiados dos Órgãos Públicos.....	146
3.14	Fiscalização das Contas do Chefe do Poder Executivo pelas Cidadãs, Cidadãos e Instituições Sociedade.....	147
3.15	Denúncia de Irregularidades ou Ilegalidades ao Tribunal de Contas da União e aos Tribunais de Contas dos Estados	148
3.16	Direito de Petição.....	149
3.17	Ação Popular Ambiental.....	150
3.18	Ação Coletiva Ambiental.....	151

3.19 Mandado de Segurança Coletivo	155
3.20 Mandado de Injunção.....	158
3 – A CULTURA AMBIENTAL, A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A INFORMAÇÃO AMBIENTAL: SUAS RELAÇÕES COM A FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO	161
1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	161
2 CULTURA AMBIENTAL.....	164
3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	174
3.1 Conceito, Finalidade e Importância da Educação Ambiental ..	174
3.2 Educação Ambiental no Direito Internacional Público.....	180
3.3 Educação Ambiental no Direito Brasileiro	183
3.4 Alguns Obstáculos à Realização da Educação Ambiental	194
4 INFORMAÇÃO AMBIENTAL.....	203
4.1 Conceito de Informação Ambiental	203
4.2 Acesso à Informação Ambiental	204
4.3 Informação e Poder	214
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	221
REFERÊNCIAS	225
ÍNDICE REMISSIVO.....	231